

ARMANDO MALHEIRO DA SILVA

Por:

SERGIO CONDE DE ALBITE SILVA

albite@uninet.com.br

Arquivista/conservador, Mestre em Memória Social e Documento, doutorando em Ciência da Informação e Prof. do Depto de Estudos e Processos Arquivísticos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNI-RIO)

JULIO CESAR CARDOSO

juliocesarc Cardoso@terra.com.br

Mestre em Ciência da Informação e Arquivista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

ALEX DA SILVA GOMES DE BRITO

britob@ig.com.br

Arquivista da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN)

Armando Malheiro da Silva nasceu em Braga, Portugal. É formado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa de Braga; em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Bibliotecário-Arquivista pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. É Doutor em História Contemporânea pela Universidade do Minho. Atualmente, é professor do Curso de Licenciatura em Ciência da Informação da Universidade do Porto. É autor de diversas obras ligadas ao estudo da Ciência da Informação e da Arquivística, entre elas os livros *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação* e *Das "ciências" documentais à ciência da informação*, além de inúmeros artigos e comunicações em congressos internacionais. Em 2004, Armando Malheiro da Silva veio ao Brasil para ministrar o curso *Arquivos Familiares e Pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistêmico e interativo* na Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro. Por quase três horas, na tarde do dia 27 de abril de 2004, Armando Malheiro da Silva concedeu esta entrevista. Os autores agradecem a Academia Brasileira de Letras pela cessão da sala de gravação, bem como os funcionários Castorino e Rafael pelo suporte técnico.

SÉRGIO ALBITE - Eu acho interessante fazer uma apresentação geral disso que começa a acontecer aqui neste momento. O fato, Professor Malheiro, é que a chegada de suas obras (*Arquivística – teoria e prática de uma Ciência da Informação*. Porto: Afrontamento, 1999; e *Das "Ciências" Documentais à Ciência da Informação*. Porto: Afrontamento, 2002) às nossas mãos, (naquele momento, o Julio Cardoso também estava lecionando no curso de Arquivologia da UNIRIO), foi entendida como um alento para a área. Em consequência disso, e porque eu e o Julio fomos os que começamos a levar para sala de aula o que você estava pensando e produzindo, nós sentimos necessidade de nos aprofundarmos mais naquilo que está posto, escrito, registrado nesses seus dois livros. Percebemos a profundidade do conteúdo, a ponto de algumas vezes nós termos ficado quatro ou cinco dias discutindo dois ou três parágrafos! Além disso, as palavras são muito precisas e bem escolhidas. Então, o que aconteceu? Nós resolvemos formar um grupo de estudo que, de

maneira sistemática, todas as segundas-feiras, discutisse as obras referidas. Integraram esse grupo o Alex Brito, a Cynthia Lopes, o Julio Cardoso e eu. Imediatamente, nós percebemos como essas obras nos colocavam a pensar teoricamente, coisa que a gente tem que reconhecer que ainda não é o forte da Arquivística brasileira. Em consequência disso, percebemos que seria importante que dessas reuniões se produzisse algo que pudesse ser compartilhado.

ARMANDO MALHEIRO – Isso até me parece motivador, porque estar a reunir só por reunir... Eu tenho um pouco essa experiência. Eu não gosto. Este livro [*Arquivística*] nasceu de um grupo que se reuniu na casa de um dos autores, que é a Fernanda Ribeiro, aos sábados, sempre que podíamos, durante quatro anos. O grupo logo definiu que as reuniões seriam para produzir um livro e, portanto, esse foi o objetivo. De outra forma, seria uma conversa entre amigos que acaba por perder-se. A certa altura, perde-se o objetivo, perde-se a “organicidade”, pode-se perder a organicidade. Por que, se o objetivo não está devidamente fixado, perde-se a “organicidade”, não sairá um resultado informacional ativo, um produto da ação. Um trabalho sem um objetivo, ou quando o objetivo é egótico, cada um se satisfaz por estar a conversar com o outro, beber um chopinho, não tem interesse ou não vale a pena.

SÉRGIO ALBITE – Então, a consequência disso foi que o Julio, principalmente, que é muito organizado, começou a anotar os nossos comentários em alguns cadernos. Ao fim de algum tempo, ele propôs “vamos produzir um texto crítico, no sentido de decompor e ir analisando as partes, que contenha nossas reflexões”. Essa história foi evoluindo em nossas cabeças e, mais tarde, o Julio volta com uma nova proposta: “e se a gente fizer uma entrevista com o Malheiro e dessa entrevista nós redigirmos um texto com tudo que nós percebemos, anotamos, discutimos para ser publicado a seguir?”

ARMANDO MALHEIRO – E isso para também terem um *feedback*, uma reação. Por que provocar uma reação? É certo que eu tenho a experiência de que a expectativa do autor é muitas vezes defraudada pela reação dos leitores que são passivos ou parecem indiferentes. Não reagem. Não concordam, mas não reagem. Isso é bastante desagradável e frustrante, mas a única maneira de poder vir, hoje ou amanhã, a surgir uma reação, é escrevendo.

SÉRGIO ALBITE – Sem dúvida, assim como não adianta fazer pesquisa e da pesquisa não resultar absolutamente nada. Quer dizer, a pesquisa só tem sentido quando ela é registrada e apresentada à sociedade. Foi assim que, para materializar essa idéia, o Julio criou este roteiro aqui [Roteiro Básico para Entrevista com Armando Malheiro da Silva].

JULIO CARDOSO – Um detalhe que me fez pensar nessa idéia, foi um livro que os franceses publicaram sobre o Pensamento Complexo, onde havia dois ou três capítulos com uma entrevista com Edgar Morin.

ARMANDO MALHEIRO – Pois eu sei, eu tenho esse livro.

JULIO CARDOSO – Eu achei muito boa idéia, porque é um diálogo.

ARMANDO MALHEIRO – Os franceses tem feito muito isso. Os franceses fazem muito isso, enfim, já com autores consagrados, quer em livros que apresentam, por exemplo, atas de congressos ou uma obra editada com várias contribuições e no fim vem uma entrevista, ou até a própria entrevista é o livro. E isso é muito comum. Eu tenho alguns livros desse gênero que comprei em França. É uma prática que as editoras francesas com gabarito na área e que interagem com um público ávido e vasto. É um *Entretien avec* fulano, e de fato... A entrevista pode funcionar bem se for conduzida de modo a tocar e explora, a desvendar e relacionar em várias direcções os problemas e os aspectos múltiplos da obra do autor.

JULIO CARDOSO – E daí vai se reforçando conceitos.

ARMANDO MALHEIRO – Eu não sou o Morin, nem somos franceses (risos). Eu sou um português e, portanto, vamos ver se eu consigo ajudar-vos. Mas eu estou aqui para isso. O que não pode ficar bem num momento pode vir a se clarificar em outro. Estamos tranquilos e sem pressão. Dispensa-se a lâmina cortante do “dispare a pergunta certa”.

SÉRGIO ALBITE – Eu acho que podemos começar dizendo que, basicamente, a proposta que nos une aqui e agora é discutir as duas obras já mencionadas e não a questão dos arquivos pessoais. [O professor Malheiro estava ministrando um curso na Academia Brasileira de Letras, intitulado “Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistêmico e interativo”. O curso foi realizado nos dias 26 e 27 de abril de 2004].

ARMANDO MALHEIRO – Os arquivos pessoais são uma aplicação que decorre desse *corpus*. É claro que eu tenho alguns outros artigos. Posso adiantar a este propósito que estou agora a fazer uma tetralogia, que vai provavelmente dar origem a um livro, um pequeno livro, feito de quatro textos de que dois já estão feitos. Entretanto, cresce a urgência em passar a escrito o 2º volume do livro *Arquivística*. Um dos nossos colegas, Manuel Real, está empenhado em que a gente retome isto. A editora está a fazer-nos a cabeça, dizendo que lançamos o primeiro e nunca mais sai o segundo. Esse livro [*Arquivística*] perde-se, porque dá a impressão de uma proposta solta, no aspecto teórico. Inclusive, o livro já está ultrapassado em alguns aspectos. E depois, este segundo volume, que tem de ser urgentemente gerado, vem depois do *Das ‘ciências’ documentais à ciência da informação*. Quer dizer, quando mais tarde for feito, mais o filho parece ser filho de outro pai. Temos esse problema, de paternidade do livro. Ou melhor, o segundo filho (livro) já parece não ser dos mesmos pais. Esse é um problema que nos está a preocupar. Mas, voltando, à tetralogia, esta começou com um texto que eu fiz para o livro da Georgete [Medleg, professora da Universidade de Brasília]

SÉRGIO ALBITE – Sim, “*Informação e Conhecimento*”...

ARMANDO MALHEIRO – Exatamente. Prossegui com um texto que fiz agora sobre *Informação e Documento*.

SÉRGIO ALBITE – É a homenagem àquele...

ARMANDO MALHEIRO – Professor José Marques. O outro texto é a forma escrita de uma intervenção oral e de improviso sobre *Informação, Cultura e Patrimônio* e um último texto é sobre *Informação e Comunicação*, onde deverei retomar questões ligadas ao processo psicológico da cognição e da memória...

SÉRGIO ALBITE – Seria muito interessante, porque o Julio já manifestou logo no início das nossas discussões a importância desse componente psicológico.

JULIO CARDOSO – A minha mulher é psicóloga e trabalha com cognição...

ARMANDO MALHEIRO – Minha filha mais velha também é psicóloga clínica. Eu cheguei a fazer um curso de orientação psicológica e, portanto, através da Filosofia fiz imersões na Psicologia. Perdão, isto é um detalhe biográfico que talvez ajude a perceber o contexto, ou seja, a importância que se dá ao cognitivismo na nossa proposta de Ciência da Informação. Como já deve ter percebido muito bem, há questões também psicológicas e sociais. As psicológicas e antropológicas vêm também daí. Este é, aliás, um aspecto que não encontro na generalidade dos autores que se dedicam à problemática dos arquivos e da Arquivística, talvez porque a maioria tem uma formação ou na História, ou na Literatura, no Direito, ou na Administração e na própria Arquivística ensinada *a solo*. Portanto, têm uma visão muito institucional e muito burocratizada da função e muito custodial e não conseguem se deslocar do documento para a informação como fenômeno. Em contrapartida e por causa de meus múltiplos e diferentes interesses de estudo e investigação, tenho aprofundado matérias como o mito, o imaginário, a psicologia do Jung, a mitanálise e a mitocrítica de Gilbert Durand, que aparentemente nada tem a ver com Arquivística e Ciência da Informação, mas minha cabeça não é estanque, acabo carregando comigo tudo isso e outras coisas mais... E é natural que ao escrever sobre Arquivística venham de enfiada achegas diversas e estranhas... Além do mais, não vejo a nossa área científica e profissional como uma área menor em que se possa falar apenas de classificação, de fichas e de colar etiquetas. Se a Arquivística é uma área científica, tem que estar premiada com aquilo que vai absorvendo em outras áreas científicas ou filosóficas. A Arquivística tem de estar de igual para igual com as outras áreas dentro das Ciências Sociais. Se, pelo contrário, a Arquivística é uma coisa do quarto do fundo, que está ali só para guardar vassouras e para guardar caixas e para pôr etiquetas, então estamos a falar de uma actividade essencialmente prática e não precisamos de investir numa formação de nível superior (graduação e pós-graduações), bastando cursos profissionais técnicos de nível básico ou médio, para ensinar a varrer e a limpar caixas.

SÉRGIO ALBITE – Eu queria pegar esse aspecto porque eu acho que isso se observa com muita frequência em todas as reuniões que nós fazemos para discutir as suas obras aqui [na ABL], por exemplo. Observa-se que a maioria dos arquivistas está preocupada com o fazer. Então, dizemos, ora, se é para fazer, um cursinho de um ano, é suficiente para aprender o necessário para isso. Vamos, então, reconhecer que a Arquivística não é uma ciência, que é simplesmente uma técnica e pronto [estão todos muito felizes] e tudo bem. Quer dizer, as pessoas estão preocupadas apenas em fazer. Não pensam em consolidar um conhecimento científico.

JULIO CARDOSO – Eu gostaria de voltar a uma questão já mencionada, isto é, a da minha inquietação no início do nosso grupo de estudos, que é o conceito de representação. Só para esclarecer que praticamente paramos os estudos por causa de todo um questionamento meu sobre o conceito de representação.

ARMANDO MALHEIRO – Por causa do problema do cognitivismo.

JULIO CARDOSO – Porque comecei a ler os autores do cognitivismo, o Varella...

ARMANDO MALHEIRO – O Maturana e o Varella... Esses são também sistêmicos, têm se debruçado sobre os sistemas autopoieticos...

JULIO CARDOSO – Chegou um momento em que parei e disse: não vou mais por aí, porque já estava fugindo do objeto, já estava entrando em um relativismo.

ARMANDO MALHEIRO – Um relativismo cognitivo. Eu não gosto desta abordagem. Não consigo. Quer dizer, tenho alguma dificuldade, e acho que eles caem exatamente no relativismo que até pode estar correto em vários aspectos. Eu não consigo é abarcá-lo porque preciso de algumas amarras e porque também não me interessa a estudar a área. Digamos, que só entro nessas discussões teóricas, cognitivas e sistêmicas para as amarrar à questão da informação e do documento. Eu não quero também fugir muito da minha área, porque às vezes pode haver a tendência, e é uma coisa que eu noto e critico na Ciência da Informação que está a se praticar aqui no Brasil ainda (em Portugal não se pratica porque não havia e ninguém falava de Ciência da Informação até há dois ou três anos, só de Ciências Documentais, enquanto em Espanha propagou-se a Ciência da Documentação, sobretudo a partir dos anos 60 do século XX), a tendência para contínuos desvios epistemológicos. Eu explico: nas Universidades brasileiras há Departamentos de Ciência da Informação com programas de Mestrado e Doutorado na área, acumulam-se há anos teses e dissertações e eu tive curiosidade de formar uma opinião a respeito deste material. Fui ver as teses depositadas no IBICT, em Brasília, enquanto estive lá como professor convidado da UnB de Maio a Setembro de 2002. O que eu notei é que se faz uma dissertação em Ciência da Informação, mas do ponto de vista da matriz teórico-metodológica e conceitual é uma outra coisa, remete para uma outra área científica qualquer. Quer dizer, desse ponto de vista remete, por exemplo, para a Educação, a História Social ou a Gestão e Inteligência Organizacional, com uns pós de Ciência da Informação, porque fala-se, também, em informação. Mas, digamos, não há um corpus teórico-metodológico específico. A Ciência da Informação ainda está tão porosa que não existe, no fundo não existe como ciência, sob o ponto de vista teórico. E aliás, quando existe, ou quando quer existir, há uma fuga relativista de alguns epistemólogos. Eu acho que a Prof.^a Nélida também tem feito um pouco disso, embora ela possua uma considerável consistência teórica e o facto de ser filósofa ajuda. Mas eu acho que a tendência actual tem sido provocar uma inflação pelo relativismo. E nesta deriva a Ciência da Informação surge como uma ciência da pós-modernidade. Como é uma ciência da pós-modernidade não tem um objeto específico. Os objetos são os problemas, que viram uma espécie de meta-objeto porque é o objeto que serve para as outras ciências. E tem um metamétodo, quer dizer, é metametodologia como fala o Prof. Antônio Miranda, por exemplo. Eu acho esta abordagem interessante, mas ao mesmo tempo perigosa, porque esquecemos que estamos a falar de

uma área que queremos assumir como científica, mas que não estamos a contribuir para a consolidar do ponto de vista do paradigma. O que se está a fazer parece-me que é um pouco como se criássemos algo através de hormônios. Fazer da Ciência da Informação uma ciência crescida, sem que ela atravessasse os estados naturais de desenvolvimento. A Ciência da Informação, como expressão, é recente e é um fenômeno muito ligado às novas tecnologias. Como ciência, ela tem que integrar as tradições do documentalismo e da Arquivologia. Como é que se pode fazer uma Ciência da Informação deixando de fora a Arquivologia? Não pode ser por mera resistência corporativa dos arquivistas. Eu fiz o meu curso de bibliotecário-arquivista em 1980, ainda no curso antigo em Coimbra, junto com a Fernanda [Ribeiro] e outros colegas, nomeadamente o Júlio Ramos, co-autor de *Arquivística*. Somos de uma vaga anterior àquela separação que, a partir de 82, em Portugal, se fez nos cursos de especialização em ciências documentais com duração de dois anos. O primeiro ano era comum, o segundo era de escolha, arquivo ou biblioteca. E quem faz biblioteca não pode trabalhar em arquivo e quem faz arquivo não pode trabalhar em Biblioteca. Tem sido assim em Portugal até agora.

SÉRGIO ALBITE – Outro dia, em um curso de pós-graduação aqui no Rio de Janeiro, um ex-aluno meu de graduação, perguntou a uma professora que falava sobre a Ciência da Informação: “Professora, a senhora conhece a obra do Prof. Armando Malheiro?” Ao que a professora respondeu: “Sim, eu conheço, mas a Ciência da Informação do Prof. Malheiro é uma outra ciência da informação”.

ARMANDO MALHEIRO – Eu não sabia dessa. Essa é muito interessante...

SÉRGIO ALBITE – Então há uma resistência. E como não há um corpo teórico, conceitual, metodológico consistente, então, eles ficam criando nichos. No meu entender, é uma tentativa que tenta proteger aquilo que eles já conseguiram alcançar de uma certa maneira. Não há a postura científica de analisar o que está acontecendo como fenômeno.

ARMANDO MALHEIRO – Exatamente. E isso é interessante, porque a resposta dessa professora é muito sintomática. Há um problema que se pode vir a agravar que é a insularização, que é um mal endógeno deste campo. Parece uma sina, parece uma sina mesmo. Esta área nasce integrada numa prática, quando tudo se fazia junto, organizavam-se, na prática, os documentos de uma forma integrada. Mas, nos séculos XVIII e XIX começa a haver, sobretudo no século XIX, uma pretensa teorização da prática que conduziu ao nascimento da Arquivística e da Biblioteconomia separadas... Esta separação manteve-se, agravou-se com o surgimento na sequência dos trabalhos pioneiros de Paul Otlet e Henri La Fontaine, da Documentação e Documentalismo, e tem condicionado gravemente a gênese da Ciência da Informação. Em vez de se fazer com a Ciência da Informação uma síntese, perpetua-se a tentativa de hegemonização de alguns profissionais no campo emergente - os bibliotecários, os documentalistas e os gestores de informação familiarizados com o uso e a difusão através das novas tecnologias impõem a sua posição hegemónica. No entanto com clivagens internas... Há bibliotecários, que evoluíram do documentalismo para a Ciência da Informação, e assumem um perfil mais tecnológico ou sociológico sobre o impacto do suporte digital e da Internet, chegando a defender que a Ciência da Informação é uma disciplina nova. Então, essas pessoas, que estão muito preocupadas com a tecnologia, acabam enveredando por dois caminhos: ou se fixam num uso instrumental das novas ferramentas informáticas ou exercitam sobretudo Sociologia da Informação, que não é

necessariamente Ciência da Informação. Ou seja, a Ciência da Informação pode absorver trabalhos e pesquisas que a Sociologia da Informação até hoje faz. Podemos ir lá buscar problemas. Eu entendo que para haver Ciência da Informação com abrangência, mas também com consistência tem que ter um *corpus* teórico-metodológico e problemático próprio e, portanto, ela tem que se apropriar dos problemas, e portanto, tem que os tratar com seu próprio *corpus*, mesmo que este seja composto a partir de importações várias e selectivas de outras ciências sociais. Isto parece-me natural e óbvio. O historiador também vai buscar métodos à Sociologia, a Sociologia importa métodos da Economia e, portanto, esta permeabilidade é óbvia. Agora, o que não podemos é dizer que estamos a fazer Ciência da Informação quando do ponto de vista teórico-metodológico estamos a fazer História, Sociologia ou Pedagogia. E no que respeita à Sociologia da Informação importa manter uma distância adequada, porque para os sociólogos a preocupação central não é o estudo do fenómeno processo info-comunicacional e seus problemas e casos múltiplos, mas a sociedade que gera e integra o fenómeno-processo. Esta óptica é diferente e complementar da do cientista da informação.

JULIO CARDOSO – Daí são vários conceitos de informação.

ARMANDO MALHEIRO – Daí a diversidade, porque o sociólogo fala de informação de uma maneira, o psicólogo fala de outra. E obviamente que o cientista da informação tem que cuidar deste objeto de forma aberta e inteligente e não pode pô-lo numa redoma e dizer assim: “olha, eu agora tenho aqui um brinquedo da Ciência da Informação”. A professora do IBICT que o Sérgio citou ao dizer o que disse confirma a existência de um clima propício ao aparecimento de propostas epistemológicas diferentes e contrárias ao unanimismo artificial e superficial. Subjacente à nossa proposta de Ciência da Informação, está, entre outras influências, o pensamento complexo de [Edgar] Morin e isto nota-se através de uma das questões de fundo que me tenho colocado bastante. Como é que a informação pode ajudar a agarrar o pensamento complexo ou de algum modo complementar o esforço do pensamento complexo? É que, ao definir a informação, ou definir um determinado fenómeno como informação, que é um fenómeno humano e social, baseado na parte genotípica e psico-social e fenotípica e psico-social do sujeito, das pessoas, nós estamos a determinar um fenómeno, a tentar estudá-lo de uma forma científica, no sentido sistemático e depois prático, também com resultados palpáveis, mas com um objetivo essencial de combater a fragmentação. Impõe-se, deste modo, a unidade que a informação tem sobre a diversidade física do documento. Quer dizer, é preciso enfatizar e pôr em destaque o fenómeno informação, que é um fenómeno social e humano, que uns chamam cultura, outros conhecimento, designado de diferentes formas e que não é necessariamente isso. E também não tem que ser sinónimo integral de cultura, por que a cultura é uma categoria que abarca este fenómeno e abarca outros, tais como a expressão cultural, a dança, os costumes gastronômicos, etc. Em suma, toda a componente mais social e sobretudo etnográfica. Mas, de qualquer modo, o fenómeno em causa, e que é, sem dúvida, complexo, e vasto, é abrangido pelos conceitos de cultura, património, conhecimento.

JULIO CARDOSO – Complexo, mas não vago.

ARMANDO MALHEIRO – Mas não vago, complexo mas não vago. Amplo, mas não infinito. É amplo, mas não é infinito. Então, ao fazer isso, estou a dizer que, e a chamar a atenção, de que há aqui uma unidade que é importante preservar, porque em termos práticos ela é

muito importante, porque as próprias novas tecnologias estão a aproximar e a misturar o que aparentemente era diverso. Isto é, a realidade do hipertexto reflecte claramente a complexidade do fenómeno informacional. Temos o som musical ou falado, temos um código que também é informação., temos a imagem, que pode ser pintura, como pode ser uma representação de uma escultura mas que antes de se tornar objecto tridimensional é um desenho ou um projeto de uma casa e temos ainda um poema... Hipertextualmente eu posso saltar de um poema do Manuel Bandeira para um do Vinícius, para imagens de belíssimas mulheres ou de pinturas de mulheres e depois para uma canção do Toquinho num saltitar contínuo...

JULIO CARDOSO – O documento é construído, é atualizado a cada momento.

ARMANDO MALHEIRO – Não é o documento. Quer dizer, é antes do documento e depois dele. É a informação antes de ser registrada. E, ao ser registrada, ao tornar-se documento, volta depois a poder ser atualizada como informação. Portanto, o fenómeno da informação prevalece, sobrepõe-se naturalmente. E ao mesmo tempo, importa ter uma atitude holística. Não sei se estou a ficar muito filosófico... e confuso.

SÉRGIO ALBITE – Não, está perfeito. Mas eu gostaria de aproveitar o que você falou e compreender melhor se uma escultura seria ou não informação. Quer dizer, no meu entender seria um artefato, naquele seu sentido. Suscitaria informação, mas não seria informação.

ARMANDO MALHEIRO – E eu mantenho. Mas isso corresponde a uma evoluçãozinha. Vocês estão muito atentos. Eu começo a ter algum receio com o que possa dizer de novo para a louça que ajudei a fazer antes... (risos) Bom, a questão é essa. É que a escultura... Eu ainda hoje via isso no Catete. Há lá uma exposição de artesanato do Vale do Jequitinhonha. Um artesanato muito forte de barro... Aquilo é um artefato, mas é um artefato produzido a partir de um mentefato. Quer dizer, a presença do mentefato é evidente e o mentefato é produto não apenas da mente. A informação não é um produto apenas racional, é um conjunto de representações mentais, mas que, se calhar, essa definição tem que vir a ser um pouco melhorada, porque obviamente está, também, implícita a questão emocional. Eu já aderi à tese da inteligência emocional. Negar o papel das emoções neste processo não é mais possível. Se não temos emoções, não temos, por exemplo, o que se pode hoje entender por arte. O conceito de arte, como o de cultura andam juntos e servem para amarrar e trabalhar aspectos que podemos encontrar neste fenómeno da informação. O fenómeno da informação, a informação vista como fenómeno, tem aspectos cambiantes, como a arte, a cultura, que podem ser isolados. Dentro do paradigma ainda vigente, que é iluminista, esta atitude humana que temos a orientar-nos, é muito redutora... Apesar dos apelos para a complexidade, de Morin e outros, a tendência é continuar a fragmentar, a dividir em categorias estanques... Tanto é assim que quando dizemos que um indivíduo é culto, dizemo-lo no sentido de cultura das elites oposta ou contraposta à cultura popular. Uma das implicações que urge trabalhar no fenómeno da informação são, por exemplo, as questões relacionadas com o comportamento informacional, forma atual de designar a antiga disciplina dos estudos de usuários. Estudar o comportamento informacional é, por exemplo, perceber se uma pessoa absorve informação, transformando-a cognitivamente em nova informação... É que eu considero informação sinónimo de conhecimento explícito e o conhecimento implícito será cognição. E distingo ainda cognição de informação. Assumo

esta perspectiva apoiando-me em psicólogos e penso que há consistência nesta abordagem. Se os cognitivistas e os psicólogos andarem depois à bulha entre eles, aí a culpa já não é minha. (risos) Eu tenho que me servir do que eles me dizem. Eu não sou cognitivista, nem psicólogo. Eu vou lá buscar e beber. É preciso que se entendam entre eles, pois se tal não suceder o desentendimento ou a confusão se reflete no nosso trabalho. Mas o que eu estava a dizer é que há vários aspectos no fenómeno da informação. Vejamos... Um artefato, que é feito a partir de uma representação mental de uma idéia de alguma coisa ou ser... Uma galinha, que depois é transformada em escultura ou num boneco tridimensional. Na base disto temos um código volumétrico, geométrico. Neste sentido há a tentativa de plasmar uma informação, que é a representação que se tem da galinha num artefacto ou objecto a três dimensões que serve para pisa-papeis ou para decoração... Isto, no entanto, não se confunde com um quadro, uma pintura, etc, porque neste caso temos a representação mental (o mentefacto) propriamente dita através do código imagético (e, obviamente, geométrico) e registada numa superfície plana...

SÉRGIO ALBITE – Haveria menos código...

ARMANDO MALHEIRO – No artefacto há menos código, embora já comece a haver algo. Há código, mas o produto final (a escultura, o boneco...) ultrapassa já a informação, está para lá da informação. O artefato está para lá da informação, embora ele resulte da informação e suscite informação. Resulta da informação e suscita informação. Tenho o cuidado de dizer que não contém, porque para conter, ele tinha que conter explicitamente, no sentido de conter um código explícito, escrito, desenhado. Um objeto desenhado em uma etiqueta contém informação, mas uma cadeira não é informação no sentido em que eu a entendo. Agora, se eu quiser confundir informação com suscitar informação... Eu ontem dei um exemplo, disse que se encontrasse um casaco no chão e tivesse acabado de chegar de Marte, não o reconheceria como casaco.

SÉRGIO ALBITE – Não seria um conjunto estruturado de representações mentais codificadas.

ARMANDO MALHEIRO – Não seria. E por quê não seria? Porque se fosse um conjunto de representações mentais codificadas, ao decodificar, estaria a decodificar a mensagem. Ao passo que uma cadeira, a mensagem que a cadeira pode me dar... Por exemplo, a cadeira onde morreu o Getulio, ou o pijama, dá-me ou suscita-me informação, porque eu sei da história. Não tendo informação a respeito o pijama é mero objeto. Mas se estivesse ali escrito “eu morro aqui...” ou se ele tivesse escrito no pijama o seu testamento, o pijama seria um documento.

SÉRGIO ALBITE – Seria um suporte para a informação.

ARMANDO MALHEIRO – Seria um suporte para a informação. Agora, o furo no pijama está no domínio da materialidade do artefato. Embora, é claro, que para haver pijama, houve o desenho do pijama. E não há artefato que não implique um mentefacto, logo, informação. Isto é, naturalmente, passível de discussão porque as pessoas podem resistir a esta perspectiva, mas ela parece-me possuir a vantagem de arrancar a abordagem e a prática de arquivistas,

bibliotecários, documentalistas do “quarto dos fundos” e colocá-la nas Ciências Sociais. Até porque tem outra vantagem: a existência do fenômeno da informação é hoje afirmada por outros em novas propostas. Há um livrinho fácil de ler e de adquirir, porque é de bolso intitulado *Filosofia da Informação*, da Universidade Católica de Lisboa. O seu autor é Fernando Ilharco, que fez uma tese de doutoramento em Gestão da Informação. Ele é professor de Comunicação. Estudou a questão da comunicação em Oxford, com Luciano Floridi, um italiano da Universidade de Bari e que tem estado como investigador em Oxford. Floridi tem trabalhado o conceito disciplinar de Filosofia da Informação, problematizando, debaixo desta expressão, aspectos que vinham sendo abordados pela Sociologia da Informação em torno do impacto socio-económico das novas tecnologias. Só que o que eu retenho como fato significativo desta abordagem é que eles assumem claramente a informação como fenômeno. O que andávamos a chamar de fenômeno, agora já aparece proclamado por Floridi, que parece estar a entrar na moda, tendo editado na prestigiada Editora Blackwell, um *Blackwell Guide to the Philosophy of Computing and Information* (2003), esteja a enfatizar a informação como um fenômeno. E é um fenômeno por quê? É um fenômeno por que se liga à comunicação, mas não se confunde com ela. A informação é, assim, entendida como a capacidade humana de ter idéias que se podem comunicar. Que se podem comunicar ou não, porque o ato ou processo de comunicar implica responder às cinco clássicas questões de Harold Lasswell (formuladas em 1948): quem comunica? diz o quê em que canal? a quem? e com que efeito? Tem, pois, de haver condições para que a mensagem do emissor, através de um canal, seja bem captada pelo receptor ... O canal pode ser o documento. A passagem da informação a um suporte é o documento... O documento, na minha opinião, é uma espécie de porta entre a informação e a comunicação. Por exemplo, eu tenho um texto registado num suporte e neste estado a informação-texto virou documento e simultaneamente o fenômeno informação-texto vira processo info-comunicacional. Esta é, aliás, uma expressão que comecei recentemente a usar. Mas só é plenamente info-comunicacional se ocorrer o que vi há pouco nas fotocópias de um artigo meu pertencente ao Paulino [Cardoso – arquivista, chefe do Arquivo da ABL]. Ele anotou-o todo. Há, nestas circunstâncias, uma interação do leitor com o documento em que este se desvanece e emerge em pleno a informação, absorvida pela leitura. Portanto, embora voltemos a ter informação, houve ali um momento em que tivemos também info-comunicação. Ontem, a Rosale, da Universidade Federal Fluminense, do Arquivo da UFF, como fez graduação em Comunicação, chamou a atenção: “o pessoal não está a ver que isso também é comunicacional”. E tem razão, é comunicação. É uma face de uma mesma moeda. Só que às vezes, a moeda não surge completa, embora e em princípio quando produz informação é provável que a moeda fique completa, consumando-se a comunicação. Mas ao surgir esta, retornamos ao outro lado da moeda, à informação. Há aqui as duas faces de *Janus*, digamos. Há aqui uma mesma cabeça para dois rostos, um possibilita o aparecimento do outro. Mas pode ser que o outro não apareça e, então, temos Janus com um só rosto, Janus incompleto. É óbvio que a comunicação amplia e ajuda a disseminar a informação. Daí que o fenômeno seja informacional, mas também info-comunicacional. Por que eu enfatizo o informacional primeiro e o comunicacional a seguir? Porque exatamente agarro-me um pouco a essa perspectiva mais clássica da comunicação: só pode haver comunicação se houver informação.

ALEX BRITO – Até que ponto o artefato pode ser contemplado dentro do sistema de informação? Exemplificando, um caso hipotético de uma família de artesãos que produzem cadeiras, até que ponto essas cadeiras poderiam ser contempladas dentro do sistema de informação? Até que ponto elas têm uma organicidade com a informação produzida, no caso, com o arquivo dessa família?

ARMANDO MALHEIRO – Esse é um ponto muito interessante, porque é um ponto que nós, de algum modo, tocamos no livro *Arquivística*, mas até há pouco não o desenvolvemos e agora está a ser retomado.

ALEX BRITO – É porque há um texto em que o senhor fala de museus, o senhor diferencia mentefato de artefato.

ARMANDO MALHEIRO – Exatamente e isso mantenho. No citado livro falamos, a certa altura, no sistema patrimonial complexo em que há informação e vários objetos. Veja-se, por exemplo, o caso de um escritor. Na Academia Brasileira de Letras é possível existir, musealizado, o escritório de um escritor com a secretária, tinteiro, penas e caneta, a máquina de escrever e, no caso de um autor mais recente, até um computador... Tudo isto são instrumentos ligados à actividade da escrita e o escritor trabalha produzindo informação. Ao conservar a informação registada em suportes, deverei, também, manter articulada a informação com o espaço físico? Nada a opor, muito pelo contrário. Claro que aí teremos uma certa tendência em cair na noção de museu, o que me parece aceitável, enquanto museu. Museu, como eu o entendo, é o espaço. Mas para além desta dimensão física é preciso sublinhar o trabalho de musealização, que é outra coisa, ou melhor, são muitas coisas — animação, educação... *Museum* é, etimologicamente, a Casa das Musas, decorrendo deste sentido a noção comum e efectiva de museu como espaço, que se patrimonializa, que se monumentaliza. Convoco aqui Krzysztof Pomian [autor do verbete Colecção do vol. 1 da Enciclopédia Einaudi, trad. portuguesa] por ter empregue o conceito de semióforo referindo-se ao objeto que depois ganha um sentido. Ganha, porque lhe é dado um sentido. Ele é tirado de um contexto e vai para um espaço montado mentalmente. Sai de um contexto e vai para outro onde se produzirá informação a partir desses objetos deslocalizados. Portanto, nós podemos ter a biblioteca, o arquivo, enfim, a informação de um escritor mantido no seu espaço, mas, ao mesmo tempo, ter ali dois fenómenos diferentes. Eu sei onde está o fenómeno informação e procuro isolá-lo através do contexto orgânico, que é sobretudo a pessoa e a estrutura. Faço a ligação com os objetos que o compõe, porque foi essa pessoa responsável por aquilo. Há aqui uma passagem da informação para os artefatos através do produtor. O produtor da informação é também o carrinho que carrega os objetos. Mas a relação é feita indiretamente, é feita através do produtor. Outro exemplo que me ocorre é do artesão. Repito: o artefato é feito através do mentefato. Quando faço a cadeira tenho a idéia de cadeira, e aí é outra questão que nos leva ao artesão. O artesão faz cadeiras. E se eu tenho plantas das cadeiras? Eu também posso ter a informação guardada fisicamente num espaço onde está o objeto. Perto da cidade onde eu vivo, há um violeiro famoso em Portugal, que é o Sr. Domingos Machado, que faz violas para todos os principais artistas. Chegou, inclusive, a fazer uma viola para o produtor dos Beatles, que é grande amigo dele. O Sr. Domingos Machado vive na aldeia, nos arredores de uma cidade média, é pessoa simples e com instrução primária, mas doutorado em suas artes. Eu não sei tocar, mas herdei um bandolim que estava sem cordas e fui à oficina dele para pô-lo a funcionar. Passou-se bastante tempo e quase já me tinha esquecido do instrumento, quando por acaso o encontrei na rua e perguntei: “Sr. Machado, eu deixei-lhe na oficina um bandolim, não deixou?” “Deixou, o senhor deixou um bandolim e como é uma peça pequena, eu ainda nem o arranjei. Daqui a uma semana vá lá. Mas não vá só buscar o bandolim. Vá ver no meu museu uma última peça que eu fiz”. O interessante da história é que o Sr Machado criou, perto da sua oficina, um museu com as peças que tem feito ao longo da sua vida de violeiro, com explicações, com informação. É um museu, ou

seja, é o rés-do-chão da casa do filho dele, que também é violeiro, musealizado a partir dos artefatos que os próprios produzem. Ele não tem um sistema de informação organizado, aquilo que nós chamaríamos mais classicamente de arquivo e biblioteca. Ele tem a informação dispersa fisicamente, concentrando, porém, no museu, além dos instrumentos de cordas, notícias de jornais, fotografias com o produtor dos Beatles, entrevistas de compositores, música tocada com instrumentos que ele faz, está lá tudo. Aquilo é um museu, ou é um sistema de informação e artefatos? Há ali um sistema de informação e há objetos musealizados. Há um espaço musealizado e um sistema de informação, que existe ali também. Eu preciso chamar atenção, porque museu é um conceito demasiado redutor hoje para caracterizar o que realmente se está a fazer, nomeadamente estão-se a criar coisas muito delirantes e muito multimédia, muito hipertextuais. Claro que no museu do Sr. Machado, que nada tem ainda de virtual, de digital ou de cruzamento com as novas tecnologias, não está a informação toda. Mas encontramos a que melhor ilustra a sua clientela e o seu sucesso de artesão, através de correspondência com músicos e cantores e de livros com referências explícitas ao seu trabalho. É certo que não há sofisticações no modo de expor e os livros estão abertos e as folhas presas com uma mola. Mas o facto é que ele usa, num sistema patrimonial complexo, a informação pertinente.

SÉRGIO ALBITE – Nesse sentido, então, a Museologia faria ou não parte desta Ciência da Informação?

ARMANDO MALHEIRO – Eu escrevi um texto sobre isso. Este texto está em dois sítios: está nas atas do Integrar da FEBAB, evento realizado em São Paulo, em Março de 2002, e numa revista em Portugal. O Integrar foi um mega congresso, que, no entanto, parece não ter resultado em nada. A ideia era integrar a Arquivística, a Biblioteconomia e a Museologia. Isto foi feito a partir dos bibliotecários, documentalistas e arquivistas e suas agremiações corporativas, o que permite concluir que as associações profissionais não são as entidades indicadas para fazer isto porque elas existem, sobretudo, para defender os seus membros e respectivas carreiras, e não para fazer ensino ou ciência. E o Integrar falhou por isso. As associações fizeram as propostas, mas quem as deve fazer é a esfera académica ou universitária. Nesse texto eu defendo a ideia de que a Museologia não se integra na Ciência da Informação, porque a Museologia produz informação, a Museologia não estuda informação. Mas a isto retorquirão os museólogos: “catalogamos as peças”. Sim, mas estão a produzir inventário de peças. Acaba sendo um trabalho de produção informacional ou, como também se diz, meta-informacional (informação a respeito de informação). E estudar a peça não é especificidade da Museologia. O museólogo estuda a peça como historiador, ou como etnólogo ou então com a ajuda do etnólogo, porque a finalidade do museólogo é musealizar, isto é, expor, animar, permitir a comunicação. Eu estou a dizer isto pela primeira vez, corrigindo, ou pelo menos, completando o que foi dito nesse texto. E não nego que a prática de produtor de informação e de comunicador do museólogo a converte em objeto da Ciência da Informação e das Ciências da Comunicação. Mas o que eu mantenho é que eu não sei se a Museologia é uma ciência. Ela me parece mais uma encruzilhada de diversas disciplinas. Não é uma metaciência, não é nada disso. É uma sociedade, que não é anônima, mas é uma sociedade por cotas, porque, se pensarmos bem, o museólogo não é uma coisa só. Eu discuti isso em Portugal, em um encontro onde se reuniram arqueólogos, arquivistas, museólogos. E a certa altura do debate um director de um Museu Nacional corroborou esta ideia dizendo: “eu concordo com isso, porque eu sou director de um museu de arqueologia, mas o que eu sou é arqueólogo. Eu sou museólogo, mas o que eu sou é arqueólogo também”. Quer dizer, ele é arqueólogo e museólogo, é museólogo no sentido em que está gerir um espaço musealizado e está a animar e a difundir muita informação relativa a

objectos e conjuntos expostos. Uma informação que ele produz e que ele compreende como arqueólogo. No fundo, o museólogo está em um estado sincrético como, no século XIX, estavam a bibliotecário e o arquivista, sob a tutela hegemónica da erudição literária e da história. Portanto, o museólogo ainda está muito preso a uma formação académica de base e não consigo vê-lo associado a uma disciplina científica autónoma. Durante o Integrar assisti à fala de um museólogo-antropólogo, creio ter sido Mário Chagas do Museu Imperial de Petrópolis, mas não tenho a certeza, e que como antropólogo de base não podia ser indiferente a projectos como um que ele referiu sobre a acção de musealização nas favelas e em espaços diversos. Isto acaba confirmando que a prática museológica anda subordinada a uma qualquer especialização científica.

SÉRGIO ALBITE – Em que a sua formação em Filosofia tem auxiliado nesses estudos todos na Ciência da Informação?

ARMANDO MALHEIRO – Os meus colegas, que trabalham comigo, acham que a Filosofia me deu alguma predisposição para problematizar, misturada também com características pessoais que tornaram a coisa possível. E, no entanto, não me considero um filósofo, um estudioso da Filosofia. Eu cursei Filosofia, mas até depois, como investigador, desviei-me mais para a História, porque também me graduei em História. Eu fiz ao mesmo tempo as duas graduações. Filosofia em Braga e História no Porto e, como não tinha o dom da ubiqüidade, nesta última eu preocupei-me, sobretudo, em obter apontamentos das aulas e ir fazer os testes, tendo frequentado assiduamente, durante os cinco anos de duração do curso, as aulas e fiz muitos trabalhos para Filosofia leccionada pelos Jesuítas (a Faculdade de Filosofia de Braga veio a integrar a Universidade Católica Portuguesa). Não é que eu tenha compreendido tudo o que li ou tudo o que tive para fazer, até porque a Filosofia tem muito de opaco, há coisas opacas, sobretudo porque estão desatualizadas, anacrónicas. Usar e citar *a Crítica da Razão Pura*, do Kant, sem ter em conta, por exemplo, o desenvolvimento das neurociências parece-me um exercício de erudição filosófica balofo, vazio... Há um neurocientista português, que trabalha há muito nos Estados Unidos da América, o António Damásio que já publicou três livros muito interessantes e o primeiro *O Erro de Descartes* acaba sendo uma refutação do pensamento dicotómico cartesiano, da separação da alma e do corpo. Eu tenho colegas que têm uma formação filosófica mais pura e um peso da erudição filosófica que eu pessoalmente não tenho. Mas apanhei da Filosofia, alguns tiques fundamentais: a problematização e o recurso pontual à erudição filosófica se estritamente necessário. No processo em curso de (re)construção ou (re)configuração da Ciência da Informação não tenho recorrido muito à Filosofia em sentido amplo, mas muito a um sector específico - a Epistemologia, que considero fundamental. E tenho também recorrido às Ciências Cognitivas, dado que é assumidamente cognitivista e, ampliando, no aspecto psicológico, a minha perspectiva sobre o fenómeno informação.

JULIO CARDOSO – O livro *Arquivística* é uma tentativa de ensaio epistemológico na Arquivística motivado pela ausência de literatura teórica na área. Por que a área carece tanto de estudos teóricos? Por que há esse vazio?

ARMANDO MALHEIRO – Há, de facto, falta de estudos teóricos na área, embora haja pessoas que pensam que não. Quer dizer, quando o fundo ou o princípio da proveniência teoria viram um dogma inquestionável, é complicado. Uma vez assisti, aqui no Rio, a uma intervenção de uma colega cubana durante a exposição da María Paz Martín-Pozuelo, da

Universidad Carlos III de Madrid, sobre o princípio de proveniência. A abordagem desta era até bastante moderada, tendo-se limitado a historiar o princípio e a mapear alguns problemas formais e práticos, mas na hora do debate a cubana levantou-se e disse: “Não se pode questionar minimamente o princípio da proveniência”. Ela estava a falar do princípio da proveniência quase como se estivesse sendo posta em causa existência de Cristo ou a liderança intocável de Fidel Castro. Eu fiquei horrorizado. Quando uma disciplina atinge este grau de fidelização, eu estou fora. E esta atitude é, naturalmente, acentuada em mim pela formação filosófica. Os dogmas e os princípios absolutos causam-me de imediato uma alergia profunda e uma rejeição metódica... Não posso aceitar posições desse tipo, e se é para seguir por esse caminho, então, estamos conversados. É melhor ir para o calçadão de Copacabana beber água de coco ou uns chopinhos bem gelados olhando a praia e o que mexe à volta... Este incidente caricato permite avaliar o grau de teorização produzida até agora na Arquivística e o tipo de sentido crítico empregue para a debater e melhorar... A colega cubana, provavelmente seria diretora do arquivo nacional, o que a coloca na esfera de influência do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), que, na prática, é a consciência corporativa dos arquivistas históricos e é muito permeável ao lobby das políticas culturais e patrimoniais dos diversos países... Entendo, pois, que a teorização arquivística é quase nula ou nenhuma. O que tem havido é a preocupação de teorizar pretensamente a partir de questões práticas do fazer. É, de novo e sempre, como disse o Sérgio muito bem, o fazer a predominar. O que se dá depois são uns arrebites, uns retoques supostamente teóricos, mas o esforço feito nem é reflexivo, nem crítico, nem acrescenta nada de novo e muito menos de profundo e de realmente científico. E ao evocar a ciência moderna limito-me aos seus quesitos e fundamentos elementares e consensuais, que a prática arquivística, dominada exclusivamente pelo senso comum, não pode jamais atingir. Eu aceito essa matriz elementar, essencial da ciência moderna, que está a transformar-se, que está modificar-se, mas penso que há um núcleo duro perene e consensual, que deve ser aceite e preservado. Nesse núcleo entra o sentido e a importância da teoria, entendida como uma formulação explicativa a partir de uma hipótese que tenta explicar ou ajudar a compreender determinado problema ou fenómeno. Dura enquanto ajudar a fazer isso, com a ajuda de modelos. Estou a falar da questão do modelo, do uso do modelo, que é uma esquematização da realidade, não se tornando necessariamente uma metáfora, porque ela é mais do que isso, embora também não seja uma repetição da realidade, porquanto implica sempre uma construção da realidade para equacionar problemas concretos. Agora, uma teoria é mais do que isso porque tem um carácter mais abrangente, mas dura enquanto for válida como compreensão de algo. Mas baptizar de teoria normas inamovíveis e indiscutíveis, é absurdo e seria meramente ridículo se não fosse, ainda e infelizmente, coisa séria para muita gente...

JULIO CARDOSO – A palavra princípio você também não considera...

ARMANDO MALHEIRO – Princípio é um equívoco. Primeiro, porque a própria palavra princípio é equívoca. Estamos a falar, no domínio da lógica, do que? De um axioma? Os axiomas não se demonstram. Ou de um postulado? Estes se demonstram. Onde é que estamos? O princípio não se discute? Onde é que ficamos? É que depois do que se anda a dizer acerca do princípio da proveniência... O princípio da proveniência não é para se discutir, portanto, é um axioma. Na minha forma de conceber a discussão científica em termos de Ciências Sociais, não há princípios indiscutíveis, só há teoria. E, francamente, não sei como é que eu posso fazer teoria da proveniência... Eu posso formular e tentar aplicar uma teoria sistêmica em que as questões, o contexto da proveniência, são pensadas, formuladas e ampliadas. Agora, princípio da proveniência... Isso para quê? Para distinguir a

Arquivística da Biblioteconomia? Então, os livros não têm proveniência? Estamos a fazer o quê? Estamos a atirar com poeira para os olhos das pessoas? A verdade é que não consigo de fato compreender como isso pode ter a mínima consistência lógica. O defeito pode ser só meu, que não entendo, posso estar a ficar diminuído nas minhas capacidades intelectivas ou então o defeito reside na peregrina ideia de fazer desse suposto princípio algo mais do que ele é, ou seja, uma mera evidência de senso comum que tudo vem de alguém ou de algum lugar... E isto é válido para documentos, livros, sapatos, paletós...

JULIO CARDOSO – O empirismo e o pragmatismo da Arquivística custodial ainda sobrevive e se expande. Isto é fato. A ideia de uma Arquivística de abordagem sistêmica, como a descrita nos seus livros, é muitas vezes encarada como uma Arquivística “complicada demais”. O que o senhor tem a comentar sobre essa ideia corrente de que “Armando Malheiro complica demais as coisas”?

ARMANDO MALHEIRO – Exatamente. Essa é a *vox populi*, no duro...(risos) E eu, muito sinceramente, não excluo, para mim próprio, a hipótese de ser um sujeito complicado. E também não excluo a hipótese de que a abordagem sistêmica é mais complicada do que a abordagem dominante. Mas o que eu enfatizo e peço que o tempo e que as pessoas que assim acham se esforcem por compreender, é que, se complico, meu propósito visa ir além da simplicidade aparente e ilusória, captando a complexidade inusitada que se esconde por debaixo do fenómeno informação e do processo info-comunicacional, problema da informação, dos arquivos, das bibliotecas, convencionais e digitais, etc. Eu só estou a alertar para a complexidade do que está por detrás daquilo que parece simples. Eu até posso ser complicado, mas os que me acham complicado, não estão a ser demasiado simplistas? Esse que é o problema. Então, partamos em busca do ponto de equilíbrio... Não hesito em reconhecer que vários textos meus anteriores sejam mais complicados, ou seja, de leitura e compreensão difícil, porque embora eu visasse aí o mesmo objectivo que hoje ainda persigo, não tinha, então, a clarividência total da problemática para ser mais claro e preciso. Hoje já me sinto mais seguro e mais cristalino. Mas isto é uma coisa e outra é ser simplista ou redutor, que me recuso por formação e por empenho científico a ser. Eu não consigo, por exemplo, ver o documento desgarrado da complexidade humana e social que envolve e contamina o fenómeno informacional. E se é ser complicado inserir o documento na realidade humana, os próprios que acham isso, analisem suas próprias palavras, vejam alguns textos que escrevem e vão dizer “tem que haver um contexto, pois os seres humanos são esses que escrevem”... Então, estão a remeter para quê? Para aspectos complexos do produtor do documento, que é o ser humano e o ser humano é complexo por natureza. Será que estou a complicar? O pessoal anda a simplificar, mas quando querem um embasamento teórico, quando querem dar mais peso e consistência ao que pensam e escrevem precisam de recorrer a uma certa erudição e vão buscar o Foucault, o Derrida, o Popper... Anda agora muito na moda o Jacques Derrida por causa daquele livro de 1995, *Mal d'Archive: une impression freudienne*, que é uma conferência proferida sobre Freud num colóquio internacional sobre o tema *Memória – a questão dos arquivos* e promovido pela Société Internationale d'Histoire de la Psychiatrie et de la Psychanalyse, pelo Freud Museum e pelo Courtauld Institut of Art. Muito inspirado neste livro ou numa leitura, em minha opinião demasiado selectiva, deste livro, o arquivista sul-africano Verne Harris publicou na *Archivalia*, na revista *Comma* e na *Archival Science*, editada na Holanda (vol. 2, 2002), artigos fortemente anti-positivistas, o que, neste aspecto, merecem minha concordância, mas a resvalar para um pós-modernismo relativista permeável a um discurso ideológico sem limites, de defesa dos oprimidos contra os antigos opressores... Defender que os Arquivos devem ser (re)construídos numa lógica de poder nova ou de acordo com os interesses e os valores dos

grupos marginalizados e excluídos, é militância pura, por muito humanitários e justos que surjam à nossa sensibilidade humana. Não vejo, sinceramente, como isto credibiliza a pretensa ciência Arquivística da qual o Harris e outros se reclamam. Eles agarram-se, pois, à ideia básica de que o arquivo é poder ou está no cerne da construção do poder... Mas, para sermos rigorosos, não é o arquivo que é poder. A informação é que é poder. O poder ou a capacidade institucionalizada de dominação é feito através do discurso e da ação deste. E ao falarmos de discurso estamos a falar de informação, conseqüentemente de arquivo, no sentido de conjunto de documentos oficiais ou oficiosos emanados do aparelho burocrático do Estado, de biblioteca como conjunto de livros, de imprensa, de fotografias, de cartazes, etc.

JULIO CARDOSO - A complexidade deve ser pensada como riqueza e não como problema (...)

ARMANDO MALHEIRO - E não como um problema, mas é visto como um problema.

JULIO CARDOSO - Exatamente. E quando falamos em Morin, a idéia é que você deve enxergar o problema sob diversos modos, diversos ângulos. A estratificação do estudo só empobrece a compreensão do problema.

ARMANDO MALHEIRO - Claro. E o que estão a fazer os arquivistas e os bibliotecários, documentalistas e os pretensos, na minha opinião, cientistas da informação, que estão a emergir, de forma muito sincrética, no Brasil, na América do Norte, na Europa? A especialização, a especificação.

JULIO CARDOSO - A pergunta foi colocada porque no livro "Arquivística", você cita Edgar Morin no início, em uma frase que eu interpretei como uma demonstração da forma como você encara o arquivo. Como uma realidade complexa e que deve ser estudado em sua complexidade.

ARMANDO MALHEIRO - Exatamente.

JULIO CARDOSO - Onde reside, então, a força do conceito de fundo, para se manter tão resistente?

ARMANDO MALHEIRO - Essa pergunta é uma pergunta interessantíssima, muito pragmática. A força vem da incorporação, da prática do incorporacionismo, porque incorporar mexe com a ação e com o arrumar. Se fôssemos antropólogos ou etnólogos à Levi-Strauss poderíamos, a este respeito, ensaiar uma oposição do sujo e do limpo, do puro e do impuro e extrapolando oporíamos o ordenar, o incorporar, o fechar ao sujar, ao desordenar, ao confundir. E disto talvez tirássemos algumas implicações simbólicas... Estou a brincar, mas a questão é séria. Eu penso que a prática incorporacionista tem uma força muito grande, porque ela é simplista, voluntarista, imediatista e a noção de fundo é uma noção que decorre única e exclusivamente da prática incorporacionista. Não há qualquer preocupação

com teoria. Há uma preocupação de fixar uma prática. Dizer, “temos, para incorporarmos, porque esta é a prática, temos e vamos fazer dessa maneira”, é, digamos, normalizar o fazer. Cola-se, assim, a Arquivística ao logos do normalizar. É a questão da norma e do direito. Seria um tema interessante, discutir, fazer uma reflexão sobre a Arquivística e o Direito, numa perspectiva crítica do Direito, porquê eu não considero o Direito uma ciência. Há uma vontade normativa, há uma doutrina mais ou menos filosófica, mas não uma ciência. Há uma ideologia, mas não há uma ciência. Faço uma constituição. A constituição passa a ser uma lei fundamental e pode conter barbaridades cruciais. O Código de Hammurabi mandava cortar as mãos. Claro que as constituições depois da constituição francesa de 1789 foram eivadas pelo espírito da defesa e consagração dos direitos humanos, mesmo que por baixo do formalismo desses generosos valores ficassem cláusulas abertas para as mais díspares e infinitas atrocidades e discriminações. Na Constituição de 1933 do Estado Novo de Salazar, em Portugal, que durou de 1933 a 1974, era formalmente garantida a liberdade individual de reunião e de expressão, mas uma alínea discreta incluída no respectivo artigo dizia “este direito será regulamentada oportunamente por uma lei especial”. Essa regulamentação surgiu na forma de leis repressoras e da atuação de uma Polícia Política equivalente ao vosso DOPS da Ditadura de 1964. Divaguei um pouco... Volto à norma ou mais exatamente à relação da Arquivística com a norma. Há uma Arquivística que é dominante que é a Arquivística ligada à Administração que adora normas. Os arquivistas das instituições, os diretores de arquivo, sobretudo, os arquivistas do CIA — isto não é uma acusação, é uma constatação subjectiva, minha... — parecem-me muito normodependentes. Até por que são gestores, mas isso não explica por si só a obsessão normativa e o fato é que eles a justificam não com a mera imposição jurídica, mas como uma necessidade imposta pela generalização ou internacionalização do acesso. As ISAD-G nasceram deste imperativo que faz todo o sentido: disponibilizar meta-informação sobre os acervos dos Arquivos Públicos dos mais diversos países de um modo uniforme e estruturado. Muito bem, mas... Eu posso fazer normas para o acesso, mas que acesso estou pretendendo proporcionar? O acesso é algo neutro? O pessoal por acaso acredita que um catálogo é um instrumento frio, objectivo, sem ponta de subjectivismo ou ideologia? O inventário é um produto "quimicamente" positivista? Aqueles modelos que ontem apresentei, aquilo é produto de uma objetividade fria? Se ainda há ingênuos que respondam sim às questões postas, urge uma campanha de despertar e de chamar à terra os distraídos... Os instrumentos de pesquisa e toda a informação produzida reflecte a marca indelével de um paradigma, de um modo de ver, segundo, valores, critérios empíricos ou científicos, ideológicos, morais, políticos... Nada é inócuo e neutro...

SÉRGIO ALBITE – E nesse sentido você acredita, você enxerga dificuldades na expansão das práticas a partir de suas teorias? Quer dizer, você vê dificuldades de que as práticas baseadas nas suas teorias encontrarão resistência?

ARMANDO MALHEIRO – Sim, vão encontrar resistência. Estão a encontrar resistência, o que é bom, porque se alguém resiste a alguma coisa, é porque essa alguma coisa começa a incomodar, começa a provocar uma atitude. Se não houver resistência é sinal de que aquilo não mexe ou não é absorvido. Se as nossas propostas fossem absorvidas já por aqueles que não estão dispostos ou não têm condições internas e externas para mudar de postura ou de paradigma, isso me levaria a concluir que, afinal, elas pouco continham de novo, de diferente, de revolucionário... Portanto, o natural é que as pessoas resistam e um exemplo simples de resistência, atravessada por uma adesão equivocada, encontramos no uso expansivo do conceito operativo de sistema. Falar de sistema de arquivos é cada vez mais comum, mas de fato está se a falar de rede de arquivos, ou seja, serviços de arquivo autónomos ou dependentes de uma tutela governamental qualquer e que estabelecem

interacções entre si. E há colegas que empregam cada vez mais a expressão sistema arquivo ou o arquivo como sistema, mas não no sentido que nós, no livro *Arquivística*, damos a sistema de informação arquivo. Porque para nós é a informação, registada em qualquer tipo de suporte, produzida por determinada entidade e por toda ela, enquanto o arquivo sistema é a instituição ou o serviço pensado como um todo ou totalidade sistémica. Mas independentemente das resistências, eu e meus colegas, mais especificamente a Professora Fernanda Ribeiro e eu próprio, entramos, entretanto, numa fase incipiente de concretização das propostas teóricas lançadas através de projectos em curso e é, também, preciso ter em conta que a graduação em Ciência da Informação vai lançar para o mercado no próximo ano lectivo de 2004-2005 a primeira leva de diplomados ou, dito de outro modo, os primeiros agentes no terreno de uma ideia, de um modelo teórico... Mas voltando aos projectos... No caso da Fernanda é interessante destacar o trabalho que ela vem coordenando desde há uns anos no Arquivo da Universidade do Porto, abrangendo a Reitoria, Serviços Centrais e todas as Faculdades, o que é um universo gigantesco. Eu coordeno numa Fundação privada e sedeadada em Mateus, no norte de Portugal a organização do respectivo Sistema de Informação Familiar bastante complexo e invulgarmente extenso em termos quantitativos... Estamos deste modo a estabelecer pontes mais concretas e fáceis com a comunidade arquivística e comunidades afins para que em vez de resistências haja cada vez mais um diálogo fecundo e proveitoso para todos.

SÉRGIO ALBITE – Ontem, em nossa conversa você usou uma expressão muito interessante que me parece que é exatamente o que você está tentando provocar, quer dizer, nós estávamos conversando e você comentou: “não é suficiente mais, não basta pintar as paredes, há que se deitar as paredes, botá-las abaixo”.

ARMANDO MALHEIRO – Se não todas, começar a deitá-las aos bocadinhos, arrancar uma porta, etc. No entanto, se eu quiser mudar apenas pintando a parede, eu mudo a sala, porque ela estava verde, passa a azul, mudo o mobiliário, mas será que mudo mesmo a sala?

ALEX BRITO – É apenas uma maquiagem...

ARMANDO MALHEIRO – É uma maquiagem.

SÉRGIO ALBITE – No capítulo 2 de *Arquivística*, há uma abordagem diacrônica da Arquivística que nos leva a civilizações pré-clássicas. É, sem dúvida, um trabalho de fôlego. Como foi fazer essa trajetória?

ARMANDO MALHEIRO – Foi uma necessidade decorrente de um esforço epistemológico. Não se pretendeu fazer um capítulo histórico. Tivemos esta intenção para contrariar a tendência, que é muito comum em Espanha, da história da Arquivística, empenhada em carrear muitos mais elementos dos que nós incluímos nesse capítulo. Os espanhóis consagraram essa abordagem, assumindo, naturalmente, a matriz historicista. Nós rejeitamos essa matriz, embora três dos quatro autores do livro sejam graduados em História. Apenas um, o Júlio Ramos, é de outra área, línguas e literaturas anglo-germânicas, mas trabalha há muito no Arquivo da Universidade de Coimbra, um arquivo público histórico, dirigido e frequentado massivamente por historiadores, e isso deixou-o inevitavelmente permeável a

uma contaminação pelo pensamento histórico. Mas apesar da formação historiográfica de quase todos tivemos o cuidado de discutir este ponto e de assentar na ideia da demonstração através dos elementos históricos coligidos de que antes de surgir uma disciplina houve práticas e estas decorreram sempre do sujeito ou da entidade da acção (produtora e detentora da documentação) num determinado contexto ou conjuntura. Eu sei que esse capítulo é um dos mais apreciados pelos arquivistas. Aliás, há arquivistas que leram o segundo capítulo e acham que o primeiro e o terceiro são um desperdício completo. Aliás, achariam até que o livro deveria começar por esse capítulo e já devíamos ter incluído o resto, que são as práticas descritivas e tínhamos um bom manual. Não fizemos assim por razões que o livro *Das "ciências" documentais à ciência da informação* tornou certamente mais óbvias... Devido ao volume de informação, o segundo capítulo atingiu uma extensão considerável e desequilibrou o livro, podendo induzir alguns equívocos no leitor ou desviá-lo do sentido essencial de nossa proposta e que consistiu, repito, em afirmar que houve, na origem e durante séculos, uma prática e que, no último quartel do século XVIII, despontou um esforço de teorizar ou de dar foros de disciplina ou de ramo de saber e essa prática, mas sem levantar do chão... Sem despegar do fazer. E com a evolução da própria discussão teórica ou pretensamente teórica dos arquivistas, intensificada nos anos 80 do século XX, chegou-se à percepção da emergência de um novo paradigma despoletado pela dinâmica evolutiva da Arquivística. E o interessante é que tal percepção obrigou dois de nós - eu e Fernanda -, por razões que se prendem também com a nossa ligação ao ensino superior, a partir não imediatamente para a redacção do 2º volume de *Arquivística*, mas para a elaboração, junto com bibliotecários e informáticos, do livro *Das ciências documentais à ciência da informação*. Sentíamos necessidade de um salto qualitativo que julgo foi dado e teve impacto directo no projecto de graduação implantado na Universidade do Porto através da parceria da Faculdade de Letras com a Faculdade de Engenharia. Teve, também, impacto no 1º volume de *Arquivística* desactualizando-o em alguma medida e condicionou a redacção do 2º volume. Temos de redigi-lo sem mais demoras e não duvido que será um exercício estimulante. Vamos discutir muito, haverá discussão viva e intensa, mas será certamente muito interessante como foi a feitura do primeiro...

JULIO CARDOSO – No que exatamente o segundo volume desatualiza o primeiro?

ARMANDO MALHEIRO – Está desatualizado em alguns pontos fundamentais. Um é este: a Arquivística deixa de ser uma disciplina com pretensões autónomas. A Arquivística tem, assim, que se tornar um ramo de aplicação da Ciência da Informação. Ela passa a ser parte integrante ou um componente da Ciência da Informação. Mas também é verdade que não se pode fazer Ciência da Informação sem Arquivística. Isto é um aspecto que me parece ser fundamental. A integração transdisciplinar da Arquivística no *core* ou no núcleo duro da Ciência da Informação que vimos propondo não implica o fim do arquivista. Ninguém tem esse direito, nem tem esse poder, porque nem é preciso fazer isso. Se o arquivista acabar, vai acabar naturalmente do ponto de vista profissional. O que nós propomos é que haja o cientista da informação como alguém que recebe depois do ensino secundário ou colegial uma formação universitária, sendo dotado de um *corpus* teórico-metodológico e de um conjunto essencial de competências teórico-práticas. Saído com esta matriz formativa da Universidade ele poderá, profissionalmente, ser arquivista, bibliotecário, documentalista, gestor de informação, analista de sistemas de informação, gestor de bases de dados, etc. Não há nenhuma contradição nesta dicotomia entre formação de base científica e actividade profissional. O que me parece inevitável é que o novo cientista da informação verá os documentos não como fundos ou coleções, mas através de constructos teóricos diferentes. Será, por exemplo, um profissional da informação a exercer as funções de arquivista, mas

não será um arquivista tradicional, porque o seu paradigma formativo e o seu instrumental teórico-metodológico exigem dele uma performance completamente outra, mais consistente, menos empírica, de contornos claramente científicos. Este arsenal incita-o a trabalhar com teorias científicas mesmo, isto é, teorias e não arremedos de teoria. Teorias que ajudem a compreender o comportamento informacional que está aquém e para além do próprio documento, isto é, um fenómeno sem o qual não existe documento e que se articula com o processo da comunicação ou, como prefiro dizer, info-comunicacional. Ele é posto diante destes fenómenos e tem que ter um aparato teórico-metodológico eficiente, que combina tarefas descritivas e tradicionais como inventariar, catalogar, aplicar normas ISO e outras com actividade indagativa e interpretativa como contextualizar, pensar, gerir, difundir... A um graduado exige-se, pois, esta combinação performativa da prática com a teoria, que não é exigível ao mesmo nível a um técnico especializado em funções descritivas e catalográfica. Em Portugal, não sei se aqui no Brasil se sente o mesmo problema, há défice de profissionais com escolaridade secundária ou colegial e com formação técnica mais elementar capazes de intervirem num escalão básico e médio de actividades em instituições clássicas como os arquivos públicos e as bibliotecas públicas ou em outros tipos de serviço de informação.

SÉRGIO ALBITE – Mas naquele sentido inicial da sua resposta a essa questão, você enxerga uma tendência da Arquivística e da Biblioteconomia se diluírem na Ciência da Informação?

ARMANDO MALHEIRO – Nós propomos isso, nossa proposta é essa. Uma proposta que vai ainda contra a corrente maioritária da Ciência da Informação que se está ensinando e praticando, nomeadamente no Brasil, e que não é sintética, mas sim parcelar, fragmentada, monocolor...

ALEX BRITO – Como o senhor pensa essa proposta, essa tendência de duas profissões se diluírem, tanto de bibliotecários quanto de arquivistas? Como isto está sendo visto em Portugal? Por que aqui no Brasil o corporativismo, tanto de um lado quando do outro, é muito forte.

ARMANDO MALHEIRO – Eu vejo muito difícil aqui no Brasil que essa tendência, de fusão, de síntese, seja possível. Mas vou ficar atento e disponho-me a colaborar para que, pelo menos, esta questão seja discutida. Eu sinto que aqui no Brasil há uma resistência muito forte e constato que não se discute a questão em termos curriculares. Soube em Novembro do ano passado que, em Minas Gerais, mais precisamente na PUC está a ser ensaiada uma graduação ou uma pós-graduação que integra biblioteconomia, documentação e informática. Este desiderato ficou facilitado porque o respectivo Departamento de Ciência da Informação inclui um sector de informática... Registo-o como um prenúncio incipiente, mas auspicioso... A dificuldade está sempre no primeiro passo, depois a coisa rola...

SÉRGIO ALBITE – Eu acho que é um privilégio a gente estar vivendo este momento histórico, de mudanças e alternativas, porque, e certamente que as suas idéias e suas propostas estão no cerne desta questão e desse momento histórico, é interessante observar como o conservadorismo das pessoas resiste quanto pode, mas chega um momento que começa a dar sinais inequívocos do reconhecimento da necessidade de mudança. Um exemplo é Santa Maria, no Curso de Arquivologia da Universidade de Santa Maria, que é um

curso tradicional. Na cidade de Marília, interior de São Paulo, o departamento é de Ciência da Informação.

ARMANDO MALHEIRO – Há sinais de alguma mudança, mas eu vejo aqui no Brasil mais difícil a mudança do que em Portugal, curiosamente. Porque as coisas aqui, o corporativismo aqui, está alicerçado numa estrutura montada, os interesses já estão muito bem definidos, as pessoas têm as suas carreiras, já se avançou para a graduação, já se consolidou a pós-graduação, enfim, foi criada e institucionalizada uma estrutura. Mas apesar deste esforço estruturante o modelo pode estourar pelas costuras e a mudança eclodirá. Não sei se isso vai acontecer, pelo menos, no meu tempo de vida. De fato há aqui uma institucionalização mais forte. Em Portugal está a ser mais fácil, mas só agora e depois de um longo compasso de espera e de resistência. Não havia uma institucionalização, nem doutorados, nem mestrados. Só havia o Curso de Especialização em Ciências Documentais. E é interessante notar que quando surge a proposta da graduação no Porto, o Instituto Politécnico do Porto (escolas de ensino superior técnico que nasceram para ministrar bacharelatos, mas não tardaram a tornar-se clones das universidades e, por consequência, habilitadas a formar graduados) avançou, também, com uma graduação na área, mas do ponto de vista epistemológico, bastante híbrido... Essa hibridez resulta do fato de não se querer romper totalmente com velhas práticas e doutrinas. Pretende-se acompanhar o progresso, mas sem alterar a tradição mesmo naquilo que deveria ser mexido de forma radical. Em vez de reflexão e crítica séria dos modelos, opta-se pela via torta dos compromissos políticos ou corporativos e dos consensos. Além das duas que referi, há uma graduação a entrar em funcionamento na Universidade de Coimbra com a esquisitíssima designação de Licenciatura em Ciência da Informação Arquivística e Biblioteconómica, traduzindo um projecto que de início partiu inspirado no do Porto, mas foi transfigurado por causa de corporativismos disciplinares absurdos. E na Universidade Autónoma de Lisboa, privada, o colega e amigo José Subtil concebeu um projecto muito interessante pronto para ser iniciado. A diversidade de oferta de graduações está no horizonte e vai explodir e no meio da variedade e da confusão o regulador básico terá de ser a qualidade e a exigência das melhores propostas. Assumindo que sou suspeito, mas consigo, ao mesmo tempo, um certo grau de imparcialidade não hesito em considerar que o grupo de pessoas está ligado a uma graduação, neste momento, em Portugal, com a possibilidade de produzir produção científica, trabalhos científicos que dêem respaldo e depois qualificação prática, creditação ou credenciação profissional aos graduados, é o grupo do Porto, porque é o único grupo que está empenhado numa estratégia global que envolve ensino, investigação e valorização das práticas profissionais através de formação contínua. A nossa aposta agora é avançar com um projeto de investigação. Terminando o segundo volume de *Arquivística*, o segundo livro, temos em perspectiva trabalhos teórico-práticos que envolvam os alunos. As outras universidades e institutos que estão a fazer graduação para manterem o nível e diluírem uma eventual confusão ou indefinição, titubeios programáticos, têm que ter uma produção consistente. Porque, se se limitam a reproduzir sob nova roupagem, que é o que está acontecendo, velhos esquemas de um paradigma em crise as expectativas viram frustração a prazo... Não basta, por exemplo, inserir umas disciplinas de informática sem uma coerência epistemológica geral. Na graduação do Porto os sistemas tecnológicos de informação são integrados como parte transdisciplinar e que, portanto, entram em fusão com a Arquivística e a Biblioteconomia. Formam um *corpus* que interage e que se mistura. Agora, isto é diferente de dar umas aulas de informática a partir de um quadro mental anacrónico.

SÉRGIO ALBITE – Qual será o título do formando lá no curso do Porto?

ARMANDO MALHEIRO – Nós estamos muito preocupados com essa questão. Em termos de lei, digamos assim, o que nós estamos a propor é uma solução à portuguesa. Não vamos inventar uma qualificação, até porque nós temos que respeitar aí as questões legais que estão postas num outro quadro. Se há uma tabela de profissões em que aparece arquivista, bibliotecário, documentalista, etc., a solução que nós estamos a encontrar é muito simples: profissional da informação e licenciado em Ciência da Informação ou cientista da informação são faces diferentes de uma mesma moeda. Profissionalmente, esse licenciado em Ciência da Informação está habilitado a exercer a profissão de arquivista, de documentalista, de gestor, de analista. O referencial europeu de competências elenca um conjunto de denominações de profissões. Nós estamos agora, eu e Fernanda, a fazer uma comunicação para um congresso que define o que é um profissional na área da informação. Nós o inserimos num modelo de formação que consideramos poliédrico, porque articula níveis diferentes e complementares: 1º nível centrado numa formação técnica para atender a um nível mais prático e elementar; 2º nível orientado para uma formação superior com alto grau de exigência teórica e de coordenação; e 3º nível baseado na formação contínua e no recurso a *e-learning* para especialistas dos dois níveis anteriores. Com este modelo pretende-se que os diferentes profissionais da área da informação se reconheçam e se identifiquem numa matriz científica, a matriz da Ciência da Informação. Não nos interessa rebatizar profissões já consagradas, mesmo que estejam em mutação. Aliás, é perigoso rebatizar coisas. Essa é outra experiência que a sabedoria da vida nos ensina: não rebatizemos, afirmemos aquilo que queremos formar. Deixemos evoluir naturalmente o processo ecológico pelo qual as profissões existentes se mantenham ou se extingam e as que sobrevivem se enquadrem no modelo de formação científica associada ao paradigma pós-custodial, dinâmico, informacional e científico emergente.

SÉRGIO ALBITE – Ontem, há um momento em que eu apresento você à chefe da biblioteca da ABL como um teórico da Arquivística e você muito prontamente reagiu: “teórico da Ciência da Informação”. Na obra *Arquivística*, entende-se que o objeto da Arquivística são os arquivos, mas como sistemas de informação. Nota-se, assim, uma mudança que me leva, então, à questão do objeto da Arquivística: é o arquivo ou a informação?

ARMANDO MALHEIRO – Antes de mais desejo frisar que no vol. 1 de *Arquivística* valorizamos a noção de Arquivo no sentido de informação encarada e estudada sistemicamente e não como instituição ou serviço institucionalizado como estamos habituados a ver os Arquivos Públicos. Mas aí ainda nos mantivemos reféns de uma perspectiva autonomizadora da Arquivística como ciência que entretanto foi superada. Essa perspectiva, entretanto, já caiu, para radicalizar a coisa, essa já caiu. A Arquivística apresentada como uma Ciência da Informação caiu e ficamos, assim, sem a ponte que nos ligava aos profissionais dos Arquivos que poderiam tolerar as nossas ideias, apesar de sua imersão no paradigma custodial, estático, historicista, patrimonialista e tecnicista que a nossa proposta de fusão e de síntese vem questionar e quer superar através da ênfase num novo paradigma que emerge e tende a crescer, a expandir-se... O arquivo é um sistema de informação. Um sistema de informação que tanto pode ser arquivo como pode ser biblioteca, porque eu não sei bem o que é. O que eu tenho em casa? É um arquivo ou uma biblioteca? Eu tenho livros e eu tenho papéis, é um sistema de informação. Portanto, começa a ser difícil distinguir e separar o inseparável. Que cada um de nós olhe para o que tem em sua casa. É um pedido que eu faço. Entrem no vosso escritório, espaço físico e façam esta pergunta: o que é isto? É um arquivo? É uma biblioteca? Esta pergunta eu me fiz. E já estou

onde vocês me vêem. Se a resposta que eu dei a mim próprio tivesse sido certa e rápida “É um arquivo! É uma biblioteca” não teria sequer escrito este outro livro “Das ciências documentais...” O que temos em casa não é nem uma biblioteca, nem é um arquivo, é informação, são documentos escritos, registrados graficamente, vídeos... É uma totalidade dinâmica e complexa. É um sistema de informação familiar e/ou pessoal.

SÉRGIO ALBITE – O que é engraçado é que é possível perceber no segundo capítulo do seu livro [*Arquivística*] que, até o início do século XIX, era assim.

ARMANDO MALHEIRO – Mas era uma síntese prática e, portanto, era uma síntese muito primária. Não era uma síntese, era uma síncrese. A Filosofia ajuda a buscar essas coisas. Depois, claro, as pessoas falam que somos complicados. Depois ficamos com fama de complicados. Justificavam pela síncrese, uma mistura, as coisas estavam misturadas. O que propomos agora não é uma síncrese, é uma síntese. É que da síncrese à síntese vai uma grande diferença. Uma coisa é a mistura básica sem grandes racionalidades, outra é a busca racional da combinação e da interação das partes que formam um todo coerente. Portanto, não é só juntar as práticas, é juntar as teorias e as práticas, as práticas fundadas numa base teórica.

SÉRGIO ALBITE – Parece-me que há um período de, digamos, uns 150 a 200 anos, em que me parece que há um buraco, e que criou essa confusão.

ARMANDO MALHEIRO – Não sei se houve realmente um buraco gerador de confusão. Creio que houve uma espécie de *statu quo* actualmente em crise. Creio também que se não tivesse havido esse período longo de "estabilidade" não estávamos aqui no momento, não se teria criado o arquivista como profissão. A profissão arrastou o teórico, foi a actividade profissional que impulsionou a teorização e a institucionalização progressiva da disciplina Arquivística. O teórico desta área não vem antes, vem sempre depois. Primeiro é o profissional, é o fazedor e depois o teorizador, e é um teorizador medroso porque também não quer sair muito do fazer. Agora que estamos numa altura, pelo menos na nossa perspectiva, de formar radicalmente diferente e de provocar o inverso da atitude dominante, chegou a hora de construir a almejada síntese. Esta é a nossa perspectiva.

JULIO CARDOSO – Qual seria a função social do arquivista cientista da informação?

ARMANDO MALHEIRO – Eu não separaria o arquivista do documentalista, do gestor de informação, do analista de sistemas e de todas as outras profissões afins, que têm como respaldo teórico-metodológico a Ciência da Informação. A função social hoje do profissional da informação é crucial, é muito importante e também ainda bastante problemática. É fundamental, porque parece que hoje se descobriu a informação, quando ela já existe há tantos milênios, mas hoje a informação virou um produto, um valor, um chavão, uma moda. É problemática, porque no fundo a informação é um valor. Mas quem se aproveita, quem melhor acaba se servindo desta moda não são os profissionais da informação, pelo menos os mais tradicionais que agora também têm que se readaptar, recauchutar. O arquivista está com problemas e vê a sua função ser feita por analistas, por gestores de sistemas de informação, gestores de bases de dados, que têm muito de arquivista. Temos, aqui, uma

pluridisciplinaridade, uma explosão de atividades que, no fundo, são especializações ou microespecializações. Este é um problema que a Ciência da Informação, enquanto *corpus* teórico-metodológico e um campo de saber científico, de estudo e de investigação, tem que ajudar a integrar. E, ao mesmo tempo, esses profissionais têm que agarrar, com esse respaldo da Ciência da Informação, e da Sociologia e de outras Ciências Sociais implicadas no processo em curso, têm que agarrar este momento importante em que podem ser vistos e considerados, dada a sua valência no estudo e uso da informação ou conhecimento, actores sociais importantes. Eles têm que se afirmar nas organizações, nos espaços públicos e privados, e nas mais diversas instituições. E como é que eles se afirmam nas organizações? Tem muito que andar. Afirmam-se também aprendendo com outros profissionais de sucesso, não tendo inveja e obtendo condições para que vários deles se lancem em projectos de investigação, porque ao mesmo tempo que estamos a formar profissionais para o mercado, também temos que ter gente que queira investigar. Precisamos, de fato, de pessoas que tenham aptidão, interesse e gosto por investigar, por produzir avanços na Ciência da Informação, pois só assim poderemos encarar um futuro mais risonho para os profissionais de informação. Não vejo outra via de credibilização e de reconhecimento social.